

Do mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dumas

From the myth of economic development to the myth of progress:
A tribute to Celso Furtado and Gilberto Dumas

Clério Plein¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
clerioplein@ig.com.br

Eduardo Ernesto Filippi²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
edu_292000@yahoo.com.br

Resumo. O objetivo do ensaio é fazer uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dumas através de uma leitura cruzada das obras *O mito do desenvolvimento econômico* (Furtado, 1974) e *O mito do progresso* (Dumas, 2006). Nessas duas obras, os autores chegam à mesma conclusão: o desenvolvimento/progresso é um mito. Com base na discussão sobre a questão ambiental na economia, o foco em dois temas (meio ambiente e pobreza), as diferenças teórico-metodológicas e os períodos históricos, pretende-se dialogar com esses autores, procurando entender diferenças e semelhanças nas suas ideias. De modo geral, conclui-se que ambos consideram o desenvolvimento/progresso um mito, uma vez que, da forma como ocorre, traz consigo a destruição da natureza e a persistência da pobreza e das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Teoria Econômica, meio ambiente, pobreza.

Abstract. The purpose of this essay is a tribute to Celso Furtado and Gilberto Dumas through a cross-reading of the works *The myth of economic development* (Furtado, 1974) and *The myth of progress* (Dumas, 2006). In both works the authors reach the same conclusion: development/progress is a myth. Based on the discussion of environmental issues in economy, on the focus on two themes (the environment and poverty), on the theoretical and methodological differences and on historical periods, we intend to establish a dialogue with these authors, trying to understand differences and similarities in their ideas. In general, it is concluded that both consider the development/progress a myth, since it brings the destruction of nature and persistence of poverty and social inequalities.

Key words: Economic Theory, environment, poverty.

JEL: O10; Q00

¹ Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Rua Maringá, 1200, Bairro Vila Nova, Caixa Postal 371, 85605-010, Francisco Beltrão, PR, Brasil. Bolsista CAPES – Processo nº 1409-11-5.

² Economista, mestre em Economia Rural e doutor em Economia Política. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. João Pessoa, 31, 90040-000, Porto Alegre, RS, Brasil.

1 Introdução

Como a ideia de mito é central neste texto. Portanto, cabe iniciar perguntando: o que é um mito? Algumas definições mais literais encontradas nos dicionários de Língua Portuguesa dão conta que o mito é uma fábula, lenda, coisa que não existe na realidade, uma fantasia (Larousse, 1992). O mito pode ser uma lenda, uma narrativa que guarda um fundo de verdade, um retrato simbólico de fatos amplificados pelo imaginário ou, ainda, uma “representação idealizada do estado da humanidade, no passado ou no futuro” (Houaiss e Vilar, 2009, p. 1300). A palavra mito vem do grego *mythos* e significa fábula. Entre outros significados, o mito é uma “ideia falsa, sem correspondência com a realidade [...] representação (passada ou futura) de um estádio ideal da humanidade [...] coisa inacreditável, fantasiosa, irreal; utopia” (Ferreira, 1999, p. 1347).

Num significado mais filosófico do termo, de acordo com Abbagnano (2000), é possível distinguir três significados do termo mito: “1º como forma atenuada de intelectualidade; 2º como forma autônoma de pensamento ou de vida; 3º como instrumento de estudos sociais” (Abbagnano, 2000, p. 673). Para os propósitos deste ensaio, interessa o terceiro significado, que está presente na teoria sociológica moderna, em que o mito possui a função de “reforçar a tradição e dar-lhe maior valor e prestígio, vinculando-o à mais elevada, melhor e mais sobrenatural realidade dos acontecimentos iniciais”. Nessa concepção, o mito “nunca reproduz a situação real, mas opõe-se a ela, no sentido de que a representação é embelezada, corrigida e aperfeiçoada, expressando assim as aspirações a que a situação real dá origem”. Nas sociedades, podem constituir um mito “não só narrativas fabulosas, históricas ou pseudo-históricas, mas também figuras humanas (heróis, líderes, etc.), conceitos e noções abstratas (nação, liberdade, pátria, proletariado), ou projetos de ação que nunca se realizam” (Abbagnano, 2000, p. 674-675).

Dessa maneira, um mito se apresenta de maneira paradoxal, ou seja, por um lado, não existe, mas por outro, é desejado, perseguido, almejado. Assim, na discussão sobre desenvolvimento, território e meio ambiente, chamou atenção o fato de dois autores brasileiros terem

utilizado a palavra “mito” em seus livros. Trata-se de Celso Furtado, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, e Gilberto Dupas, em *O Mito do Progresso*. Mais interessante é o fato de os livros terem sido publicados em épocas diferentes: o primeiro, em 1974 e o segundo, em 2006.

Portanto, o objetivo central do ensaio é compreender por que esses dois autores, apesar de terem vivenciado períodos de “intenso” desenvolvimento econômico e progresso, consideram esses fatores uma falácia. Para tanto, pretende-se fazer uma leitura cruzada entre essas duas obras, à luz da discussão ambiental na economia, tendo como fio condutor o meio ambiente e a pobreza. De forma secundária, o ensaio também possui um objetivo mais didático, por fazer uma homenagem aos dois autores.

O texto está estruturado da seguinte forma: a organização do texto inicia com uma apresentação dos autores e de suas bases teórico-metodológicas, seguido de uma contextualização histórica para, finalmente, apresentar alguns dos argumentos centrais desenvolvidos nas obras em questão. A quarta parte consiste na tentativa de fazer uma leitura comparada entre as duas obras, fazendo relações com as questões ambientais e a pobreza, bem como a discussão ambiental na economia.

2 Celso Furtado e *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

O economista Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no dia 26 de julho de 1920. Em 1944, formou-se em Direito no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), fez doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne (França) e pós-doutorado em Cambridge (Inglaterra). Foi um dos fundadores (em 1949) da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ajudou na comissão CEPAL/BNDE³, que elaborou um trabalho que serviu de base para o Plano de Metas (desenvolvimentista) do governo de Juscelino Kubitschek. Criou e dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) até 1964. Foi ministro do Planejamento no Governo João Goulart, mas com o Golpe de 1964 é cassado e fica no exílio até 1979. Em 1986 assume o Ministério da Cultura do governo Sarney. Durante vinte anos lecionou em universi-

³ Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

dades da Europa (Cambridge, na Inglaterra, e Sorbonne, na França) e Estados Unidos (Yale, Harvard e Columbia). Morreu aos 84 anos no Rio de Janeiro, no dia 24 de novembro de 2004.

Celso Furtado pode ser considerado um autor estruturalista. Entre suas principais influências teóricas pode-se citar, entre outros: Comte, Sombart, Pirreane, Weber, Manhein, Marx, Keynes, List, Prebisch, Myrdall, Nurske, Schumpeter.

O período histórico vivido por Celso Furtado até a publicação da obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, aproximadamente do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até a primeira crise do petróleo (1973), é chamado de “anos dourados” da “era de ouro do capitalismo”, marcado por profundas transformações/revoluções políticas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais (Hobsbawm, 1995). Para Harvey (2000) trata-se do período “fordista-keynesiano”, referindo-se à transformação político-econômica, ou seja, ao processo de produção/consumo em massa e ao intervencionismo do Estado nos processos econômicos. Essa fase também é conhecida como “os trinta gloriosos” (1950-1980). Do ponto de vista econômico no contexto histórico brasileiro, destaca-se o período de intenso crescimento durante os famosos “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), seguido de um período de “estagnação” da economia (1963-1964) e a posterior retomada no “milagre brasileiro” (1968-1973).

Furtado (1974) inicia o livro fazendo um alerta sobre a influência que os mitos exercem sobre a mente dos homens que pretendem compreender a realidade social. “O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas [...] [e] operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social” (Furtado, 1974, p. 15). No que se refere ao desenvolvimento econômico, destaca que:

A literatura sobre o desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se fundamenta na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal como vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os standards de consumo da maioria da humanidade, que atualmente vive nos países industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui,

seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (Furtado, 1974, p. 16).

Salienta que no processo de acumulação de capital, “o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico” (Furtado, 1974, p. 16). Nessa perspectiva e já com base no documento produzido pelo Clube de Roma em 1971 (*The Limits to Growth*), destaca que:

As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico (Furtado, 1974, p. 16-17).

Furtado, retomando o questionamento apresentado pelos autores do estudo – *The Limits to Growth* – enfatiza os limites impostos, por um lado, pelo esgotamento dos recursos naturais, e por outro, aos problemas relacionados com a poluição do meio ambiente.

[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado, 1974, p. 19).

Analisando as relações centro-periferia, o autor aponta para as diferenças nos processos de industrialização: os países desenvolvidos experimentaram o que na literatura ficou conhecido como “*welfare state*”, ou seja, o estado de bem-estar social, marcado pelo pleno emprego, consumo e produção em massa, com forte intervenção do Estado na economia; já nos países subdesenvolvidos permaneceu uma forma de desenvolvimento baseada no consumo de luxo de uma minoria, com grandes desigualdades sociais.

[...] a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os

países cêtricos [...]. O dinamismo econômico no centro decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêtricos. [...] Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no decorrer do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (Furtado, 1974, p. 45).

Nesses termos, chama atenção para o caso particular dos países periféricos, destacando que uma hipótese que não pode ser aceita é:

[...] segundo a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Esta hipótese está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento (Furtado, 1974, p. 71).

Finaliza a primeira parte do livro reafirmando por que o desenvolvimento econômico é um mito:

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. [...] a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1974, p. 75).

Na segunda parte do livro, Furtado analisa o problema do subdesenvolvimento e da dependência, destacando o caráter “estrutural” do subdesenvolvimento. Para o autor:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá

que aumentar a taxa interna de exploração. [...] Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças de interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas (Furtado, 1974, p. 94).

Na terceira parte do livro, analisa especificamente o modelo brasileiro de subdesenvolvimento, chamando atenção para as desigualdades sociais, e coloca como objetivos:

- (a) investigar porque a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o “subdesenvolvimento”; e*
- (b) demonstrar que na política de “desenvolvimento” orientada para satisfazer os altos níveis de consumo de uma pequena minoria da população, tal como executada no Brasil, tende a agravar as desigualdades sociais e a elevar o custo social de um sistema econômico (Furtado, 1974, p. 95-6).*

Conclui que “a característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (Furtado, 1974, p. 109).

Na última parte do livro, referindo-se à “objetividade e iluminismo em economia”, o autor faz uma crítica epistemológica da “economia positiva”, sobretudo ao que chamou de “vaca sagrada dos economistas”, o Produto Interno Bruto (PIB).

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (difícilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam os seus resíduos? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhada de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano. [...] Em um país como o Brasil basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. [...] Em síntese: quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos,

no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes (Furtado, 1974, p. 116).

De modo geral, para Celso Furtado o desenvolvimento econômico é um mito porque: (a) não pode ser generalizado aos moldes dos países desenvolvidos; (b) existem obstáculos do ponto de vista dos recursos naturais; (c) existem problemas estruturais no Brasil, onde predomina o consumo privilegiado de poucos, o que amplia as desigualdades sociais.

Cavalcanti (2003, p. 73) destaca que, de modo geral, nos escritos de Celso Furtado estão presentes conceitos como dependência, concentração de renda, mimetismo cultural, relações assimétricas centro-periferia e mercado interno, sempre numa perspectiva estruturalista do subdesenvolvimento. Entretanto, na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor “levanta duas questões não comuns”, consideradas inusitadas para naquele contexto histórico: (a) os “impactos do processo econômico no meio físico, na natureza”; (b) a “constatação do caráter de *mito moderno* do desenvolvimento econômico”.

3 Gilberto Dupas e *O Mito do Progresso*

O cientista social Gilberto Dupas nasceu em Campinas, São Paulo, em 1943. Formou-se em engenharia de produção pela Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1966, e fez pós-graduação em administração de empresas (USP/Delft University), desenvolvimento econômico (USP/CEPAL) e economia matemática (CEPAL/IPEA⁴). No Brasil, lecionou na PUC-RS⁵ e no Instituto Mauá. Foi coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais. Era coeditor da revista “Política Externa” e membro do corpo editorial das revistas “Sociedad y Política” (México) e “Cahiers de la Sécurité” (França). Foi professor visitante da Universidade de Paris (França) e da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina). Na gestão de Franco Montoro em São Paulo (1983-1987), Dupas foi presidente da Nossa Caixa e secretário da Agricultura. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), integrou o Grupo

de Análise e Pesquisa da Presidência. Fez parte de conselhos do Ministério da Educação e Cultura, do Instituto de Estudos Avançados da USP, do CEBRAP⁶ e da Fundação Getúlio Vargas. Morreu aos 66 anos em São Paulo, no dia 17 de fevereiro de 2009.

Entre as principais influências intelectuais presentes na obra *O mito do progresso*, podem-se destacar: Adorno, Bobbio, Frank, Freud, Gorz, Habermas, Hirschman, Lévi-Strauss, Löwi, Marcuse, Marx, Engels, Nietzsche, Rousseau, Weber, entre outros.

O período histórico vivenciado por Gilberto Dupas antes da publicação da obra *O mito do progresso* é marcado pelo fim do período áureo do capitalismo de Estado (especialmente marcado pela segunda crise do petróleo de 1979); a abertura política no Brasil, com o processo de redemocratização e com o fim da ditadura militar em 1985; a famosa “década perdida” dos anos 1980; um processo de retomada das ideias liberais nos anos 1990 (marcada pelo Consenso de Washington em 1989); a (re)ascensão dos movimentos sociais e o aprofundamento das preocupações com a questão ambiental, marcada por eventos como Eco-92, Rio-92 e Rio+10.

Já na introdução da obra, Dupas (2006) chama atenção para o aspecto contraditório do progresso na sociedade contemporânea.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. O saber científico conjuga-se à técnica e, combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico –, não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humana. Mas esse modelo vencedor exibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso, mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (Dupas, 2006, p. 11).

O autor lança perguntas desafiadoras: “somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos?” (Dupas, 2006, p. 14). Retoma uma ideia importante de John Stuart Mill, que

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁵ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁶ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

afirmava que “a distribuição do Produto Interno Bruto de um país poderia – e deveria – ser orientada em razão do bem-estar geral” (Dupas, 2006, p. 15). Faz uma análise semântica da palavra *progresso*, destacando, com base na obra *Alice no País das Maravilhas*, que “o sentido das palavras” está associado ao “poder de quem as pronuncia” (Dupas, 2006, p. 27). Destaca os objetivos do seu livro:

Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, em especial, é preciso determinar quem escolhe sua direção e com que objetivos (Dupas, 2006, p. 26).

Sobre a evolução do conceito de progresso, Dupas aponta que, “em termos gerais, *progresso* supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes” (Dupas, 2006, p. 30). Mas a ideia de progresso dominante no ocidente a partir da metade do século XVIII até o final do século XIX é de que é através da ação humana que o progresso pode ser alcançado, não mais pela influência de Deus. “A partir daí, os termos evolução, desenvolvimento e progresso passaram a ter o mesmo sentido, sempre muito associados à evolução tecnológica. [...] Mas progresso também foi, nessa fase, muitas vezes, associado a crescimento econômico” (Dupas, 2006, p. 43-44). E, assim, a “utopia do progresso” foi sendo construída. Entretanto, “aprendemos nas décadas finais do século XX que progresso técnico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano, que a riqueza gerada não é repartida de modo que minimize a exclusão, as diferenças de renda e de capacidades” (Dupas, 2006, p. 74).

O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar o seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objeto de desejo, sucateando cada vez mais rapidamente o produto anterior e mantendo a lógica de acumulação em curso (Dupas, 2006, p. 84).

Esclarece que nas últimas décadas do século XX houve a retomada das ideias liberais, ou seja:

[...] uma nova doutrina – batizada de neoliberalismo – tentou ressuscitar o conceito de progresso associando-o à liberdade dos mercados globais e a um ciclo benévolo da lógica do capital. A queda

do muro de Berlim e o desmoronamento final da utopia do império soviético permitiram ao capitalismo, agora plenamente globalizado, um novo discurso hegemônico batizado por alguns intelectuais deslumbrados e imaturos como “o fim da História”. Para eles, os benefícios da globalização dos mercados eliminaria a miséria, as guerras e o papel dos Estados nacionais mundo afora, realizando em curto prazo a grande utopia do progresso [...]. Os resultados concretos estão sendo muito diferentes; e mais uma fantasia do mito do progresso, construído como discurso hegemônico, se foi, não restando muito a comemorar (Dupas, 2006, p. 90).

Referindo-se ao “conhecimento e progresso como verdade”, destaca que “quanto mais cresce a capacidade de eliminar toda a miséria, mais aumenta a própria miséria enquanto antítese da potência e da impotência” (Dupas, 2006, p. 101). Lança uma questão de fundo provocador:

[...] até que ponto o homem pode afastar-se de sua primeira natureza por ação da cultura – sua segunda natureza – sem entrar em oposição autodestruidora com a primeira. A tecnologia, componente da segunda natureza, transforma nosso potencial agressivo em uma força destruidora do planeta e de seu meio ambiente – a primeira natureza (Dupas, 2006, p. 104).

No terceiro capítulo, em que analisa a “economia política como ciência do progresso”, Dupas aponta que “o mito do capitalismo racional previa que o *progresso* ocorreria consolidando-se um ciclo virtuoso de crescimento econômico baseado no fordismo e no taylorismo como processo de produção [...] apoiado pela intervenção seletiva do Estado” (Dupas, 2006, p. 138). Entretanto, no “estado de bem-estar social”, somado à ideia schumpeteriana de “destruição criativa”,

Em vez da maior prosperidade geral, para que a engrenagem da acumulação funcionasse, assiste-se a um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez de energia. É a opção privilegiada e inexorável pela acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo (Dupas, 2006, p. 142-143).

No período mais recente, as ideias neoliberais recolocam a discussão sobre um estado mínimo e a ampla abertura comercial. “No entanto, a abertura é pregada de forma unilateral

para os pobres, o que torna o esquema neoliberal de abertura duplamente perverso, gerando alguma vantagem para os pobres, grandes vantagens para os ricos” (Dupas, 2006, p. 149).

A consequência desse processo foi uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos grandes países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo. [...] Outro grave problema foi o aumento contínuo de pobreza e concentração de riqueza mundo afora (Dupas, 2006, p. 150-151).

Referindo-se aos anos mais recentes (1990-2000), Dupas destaca que “foram mais um período perdido na economia latino-americana”, e o único aspecto positivo “foi o controle dos processos hiperinflacionários” (Dupas, 2006, p. 154). Por outro lado, cresceram a pobreza, a indigência, a fome, o desemprego e a informalidade. Nesse cenário, o capitalismo vai para “a última fronteira de acumulação: o mercado da pobreza” (Dupas, 2006, p. 157).

No capítulo 5, “meio ambiente e o futuro da humanidade”, Dupas destaca que: “Para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente decorrente da lógica da produção global e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso” (Dupas, 2006, p. 219).

O autor apresenta uma preocupação com a pressão antrópica sobre o planeta, apontando para a relação entre crescimento da população, estilo de vida (consumo) e recursos naturais.

[...] os demógrafos preveem que a população mundial vai continuar crescendo até 2050, quando terá atingido 8 a 9 bilhões [...]. Já sabemos que será impossível a toda essa massa humana aspirar a um padrão de vida médio equivalente ao do europeu e do norte-americano atual. Apesar de esses cálculos serem controversos, há estimativas de que para atingir aquele padrão como média global, seriam necessários quase três planetas Terra com seus recursos naturais atuais (Dupas, 2006, p. 225).

Considerando o grande avanço da ciência e, paralelamente, de problemas associados a essa evolução (por exemplo, todas as tecnologias da “revolução verde” na agricultura), alerta para a necessidade de voltar à discussão sobre o princípio da responsabilidade, ou princípio da precaução, ou seja, a tecnociência deveria ser tratada menos do ponto de vista da razão e

mais sob a ótica da ética e da moral. “Caso o desenvolvimento científico e tecnológico, ao lado de vantagens evidentes, conduza a riscos graves, é preciso definir como tratá-lo e controlá-lo” (Dupas, 2006, p. 235).

Ao final do livro, referindo-se à “longa e imprevisível caminhada”, o autor faz uma espécie de síntese.

Apontamos, durante todo esse livro, elementos que nos parecem suficientes para desconstruir o discurso hegemônico sobre o progresso, da forma como dele se apropriam as elites econômicas ao transformá-lo – fundamentalmente – em instrumento de legitimação da acumulação. Ao lado dos evidentes “avanços” decorrentes dos vetores tecnocientíficos em marcha, alinhamos argumentos teóricos e exemplos factuais das consequências profundamente negativas e dos graves riscos que esse processo acarreta quanto à sobrevivência física e psíquica futura da espécie humana, e aos equilíbrios dos frágeis sistemas que a suportam. Finalmente, procuramos recolocar argumentos de natureza ética e filosófica que sustentam visões alternativas quanto à natureza e ao sentido da aventura humana, e que possam dar subsídios eventuais para políticas que evitem ou adiem uma provável “tragédia anunciada” (Dupas, 2006, p. 255-256).

Para o autor, depois de superada a “fase keynesiana do Estado de bem-estar social”, e removidos os “vestígios finais dos resíduos socialistas que sobraram da queda do muro de Berlim” [...], na fase atual “os valores da nova ordem estão em vigor; e são: desregulação, liberalização, flexibilização, crescente fluidez e liberação dos mercados financeiros” (Dupas, 2006, p. 261).

Conclui o livro falando sobre o mito do progresso, afirmando que:

O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos da parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo – e glorioso – que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais (Dupas, 2006, p. 290).

Portanto, para Gilberto Dupas, o mito do progresso está associado ao imenso progresso científico e tecnológico dos anos mais recentes, o que não tem significado, necessariamente, que as pessoas estejam vivendo melhor e sendo mais felizes, e tem trazido consigo problemas ambientais que colocam em xeque a

sobrevivência futura das pessoas no planeta. Apesar de todo “progresso”, as desigualdades sociais persistem.

4 Economia, meio ambiente e pobreza

O debate sobre a questão ambiental na economia inicia dentro da Escola Neoclássica com a “economia dos recursos naturais” – cuja principal preocupação é com o esgotamento das matérias-primas – e avança para a “economia ambiental”, também conhecida como “economia da poluição” – preocupada com as causas e os efeitos da poluição. Numa perspectiva mais atual está a “economia ecológica”, com um enfoque institucionalista e que pretende uma construção epistemológica multidisciplinar.

De acordo com Spach (1999), por um lado, a economia neoclássica estava preocupada com os recursos e, por outro, a economia ambiental com as externalidades. Já a economia ecológica poderia ser interpretada como uma espécie de síntese dessas duas preocupações (com outras bases metodológicas), incorporando dimensões éticas e morais, além de questões sociais, políticas e institucionais.

Jenkins (1998) chama atenção para o fato de que os problemas ambientais também são éticos e institucionais, e sua solução passa por mudanças nos valores (pessoais e culturais) e de uma ação institucional. Alerta para a negligência da questão ética na discussão sobre economia e o meio ambiente.

Um exemplo dessa negligência (ou contradição) foi o caso do tornado que devastou o município de Guaraciaba (Santa Catarina, Brasil) no dia 07 de setembro de 2009. Somente 60 dias após o desastre natural é que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autorizou a utilização da madeira (das árvores que foram arrancadas e derrubadas pelo vento) para a reconstrução das casas dos agricultores. A mesma contradição é analisada por Infield e Adams (1999) em Uganda, onde se criou um parque para preservar os gorilas e nada foi feito para acabar com o cinturão de pobreza em torno do mesmo parque.

Uma explicação para essas atitudes talvez seja justificada pela ausência das discussões éticas na economia. Sen (1999) destaca que a economia possui duas origens: uma ligada à “ética” e outra ligada à “engenharia”; entretanto, “a natureza da economia moderna foi

substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (Sen, 1999, p. 23). Porém, prevaleceu a chamada “economia positiva”, ou seja, a parte que possui sua origem na engenharia. A ideia de “equilíbrio geral” da economia neoclássica expressa isso muito bem.

Moretto e Giacchini (2006), referindo-se às fases do estudo sobre desenvolvimento econômico, apresentam a seguinte divisão: até 1950, o desenvolvimento era tido como igual ao crescimento, mas havia uma subdivisão, os que acreditavam que a oferta gerava a demanda (Smith, Ricardo, Mill, Marx) e os que defendiam a demanda efetiva (Malthus, Keynes, Kalecki); de 1950 até 1990 o desenvolvimento foi entendido como sendo diferente de crescimento (ideário presente entre os autores cepalinos, ou estruturalistas, que apontavam para o aumento das desigualdades); depois de 1990 se introduz a ideia de desenvolvimento sustentável, incorporando a preocupação com o meio ambiente.

Rist (2007) afirma que o “chavão” desenvolvimento é amplo e impreciso. Trata-se de um conjunto de crenças e pressupostos sobre a natureza do progresso social; porém, ninguém o define corretamente. Sempre está acompanhado de adjetivações (endógeno, humano, social, sustentável), pois só desenvolvimento parece ser depreciativo. Para o autor, a essência do desenvolvimento é a grande transformação e destruição do ambiente natural e das relações sociais com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias e serviços orientados pela demanda efetiva do mercado. Aparentemente, é uma definição escandalosa; entretanto, reflete o processo histórico observado pelo autor. Esta ideia se aproxima de Furtado e Dupas, quando salientam que o desenvolvimento econômico e o progresso são um mito, pois destroem a natureza e não acabam com a miséria.

Analisando as controvérsias da noção de desenvolvimento sustentável, Ajara (2003) chama atenção para o fato de que a crise ambiental possui três dimensões: (i) esgotamento dos recursos; (ii) poluição; (iii) exclusão social. Infelizmente, parece que as pessoas estão “à margem” da questão ambiental. Essa visão é resultado de uma noção dualista (sociedade x natureza) que precisa ser superada, como defende Santos (2008), pois é preciso entender que a relação sociedade e natureza é dialética.

Esses breves comentários sobre a discussão ambiental na economia trazem alguns elementos importantes para analisar as obras de Celso

Furtado e Gilberto Dumas. Portanto, o objetivo é tentar fazer um diálogo entre as obras anteriormente sintetizadas à luz do debate sobre a questão ambiental na economia. O fio condutor será a comparação de dois temas: o meio ambiente e a pobreza. A ideia é encontrar pontos convergentes nessas duas obras, produzidas em diferentes contextos históricos, por autores diferentes e com distintas perspectivas teórico-metodológicas.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a ideia de mito presente nas obras. Para Furtado, o mito é uma hipótese que não poder ser testada, mas que cumpre um papel importante para o cientista. Já para Dumas, o mito é um “ato de fé”, ou seja, que é perseguido – entretanto, contraditório.

Do ponto de vista da tecnologia, ambos os autores destacam o seu papel no processo de acumulação capitalista, funcionando como uma espécie de “mola propulsora”. Percebe-se a presença das ideias de Schumpeter em ambos.

Em relação à questão ambiental, considerando a época em que viveu e escreveu Furtado, seria “normal” que essa questão passasse ao largo de sua obra. Entretanto, foi com certa surpresa que se percebeu a preocupação ambiental presente no livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974. Conforme afirma Cavalcanti (2003, p. 73), “Furtado antecipou-se em perceber os condicionantes ambientais do processo econômico contemporâneo”. Ambos os autores demonstram preocupação com a escassez de recursos (economia dos recursos naturais) e com a poluição (economia ambiental). Porém, Furtado dá mais ênfase à primeira, o que estava muito presente no relatório sobre “os limites do crescimento” de 1971 e na Conferência de Estocolmo (1972).

Os dois autores chamam atenção para uma variável central da economia: o PIB (Produto Interno Bruto). Furtado considera essa variável ilusória, pois não considera os custos ambientais (esgotamento dos recursos e poluição) e não mostra as desigualdades em relação à apropriação do PIB. Dumas retorna a Mill, que já alertava para o fato de que o PIB deveria ter como objetivo o bem-estar geral. O que os dois autores percebem é que, no caso brasileiro, um alto PIB não significa que todas as pessoas estejam desfrutando de bem-estar, pois o PIB não mede desigualdades.

Outra questão central para os dois autores refere-se à pobreza. Ambos detectam a grande exclusão social presente no país. Entretanto, para Furtado o subconsumo era um problema

para o desenvolvimento econômico do Brasil, e Dumas aponta como a pobreza tem se transformado na “última fronteira de acumulação capitalista” nos anos mais recentes. Pode-se dizer que em ambos os autores existe uma grande preocupação ética e moral, pois verificam que todo o desenvolvimento e progresso “aparentemente alcançados” não são para todos.

Pergunta-se: será possível afirmar que “desenvolvimento econômico”, de Furtado, e “progresso”, de Dumas, são sinônimos? Acredita-se que ambos os autores estão se referindo ao mesmo processo, ou seja, o desenvolvimento capitalista e o papel da tecnologia no processo de acumulação. Portanto, a resposta é afirmativa.

Nesses termos, se os autores estão se referindo ao mesmo processo (em épocas diferentes), por que consideram que esse é um mito? Ambos os autores destacam que é impossível generalizar, para todo o planeta, o padrão de vida (consumo) dos países desenvolvidos, considerando os limites impostos pela natureza, tanto do ponto de vista da finitude dos recursos naturais como dos problemas inerentes à poluição. Porém, diferentemente de Furtado (ênfase econômica), Dumas apresenta uma questão mais existencial do ser humano (filosófica): o progresso faz as pessoas mais felizes? Isso nos remete à revisão da questão ética do desenvolvimento apresentada no início deste texto.

É interessante observar que os dois autores visualizaram (vivenciaram) um grande desenvolvimento/progresso em suas épocas: Furtado os “50 anos em 5” e o “milagre brasileiro”; Dumas avanços incríveis na ciência. Entretanto, para Furtado, apesar do crescimento da economia do país, ele não acabou com as desigualdades. Para Dumas, a ciência avança, mas sem conseguir resolver os problemas ambientais, além de as pessoas estarem mais infelizes do que antes. Isso nos remete para uma reflexão sobre o que é, de fato, desenvolvimento. Com base nas duas obras analisadas, pode-se afirmar que nada do que se viu até hoje pode ser considerado desenvolvimento. Então, desenvolvimento é “um vir a ser”, em que todos serão felizes, ou é esse processo dialético e contraditório, como analisado pelos autores?

5 Considerações finais

A proposta deste ensaio foi tentar entender por que dois autores, refletindo sobre o desenvolvimento econômico e o progresso, chegaram a conclusões pessimistas sobre seus

resultados e perspectivas. Entende-se que as conclusões pessimistas de Celso Furtado e Gilberto Dupas estão diretamente ligadas à constatação da dupla perversidade do processo: de um lado, a constatação de que o desenvolvimento está levando ao esgotamento dos recursos naturais e poluindo o meio ambiente e, por outro, sendo incapaz de acabar com a pobreza. Trata-se de uma constatação muito próxima da ideia de Rist (2007), para quem o desenvolvimento significa a destruição da natureza e das relações sociais.

Do ponto de vista da natureza, é bastante ilustrativo o relatório que foi apresentado aos Chefes de Estado em Copenhague em 2009. Se desde 1972 existiam “preocupações” com os problemas ambientais, agora o que assusta são as “certezas” que existem sobre: o aumento brusco da emissão de gases causadores do efeito estufa; o aquecimento global, provocado pela humanidade; aceleração do descongelamento de camadas de gelo, glaciares e calotas polares; descida rápida do gelo marítimo do Ártico; aumento, mais rápido que se pensava, do nível do mar; a demora na ação, que pode levar a estragos irreversíveis; e, principalmente, acredita-se que o ponto de inflexão deverá ocorrer logo, no máximo até 2020 (*The Copenhagen Diagnosis*, 2009).

Na perspectiva da questão social, um argumento relevante é apresentado pelo sociólogo brasileiro José de Souza Martins no sugestivo livro “a sociedade vista do abismo”:

O desenvolvimento econômico que gera um desenvolvimento social muito aquém de suas possibilidades, como ocorre nos países do Terceiro Mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina. Compromete profundamente a sua própria durabilidade e, de alguma forma, abre o abismo da sua própria crise (Martins, 2008, p. 9).

E mais adiante complementa:

Em suas consequências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descrito e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que

legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (Martins, 2008, p. 13).

Portanto, a ideia do desenvolvimento como mito presente nas obras de Celso Furtado e Gilberto Dupas é bastante atual e revela dois lados “perversos” e contraditórios do desenvolvimento econômico e do progresso, tratados aqui como sinônimos: esse processo é um mito, pois destrói o meio ambiente (seja pelo esgotamento dos recursos ou pela poluição) e não foi (e não é) capaz de acabar com a pobreza e as desigualdades sociais!

Referências

- ABBAGNANO, N. 2000. *Dicionário de filosofia*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1010 p.
- AJARA, C. 2003. *As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico – econômico*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciência Estatística, 26 p. (Texto para Discussão nº 08).
- CAVALCANTI, C. 2003. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. *Ambiente & Sociedade*, VI(1):73-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200005>
- DUPAS, G. 2006. *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo, UNESP, 309 p.
- FERREIRA, A.B. de H. 1999. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2128 p.
- FURTADO, C. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 117 p.
- HARVEY, D. 2000. *Condição pós-moderna*. 9ª ed., São Paulo, Loyola, 349 p.
- HOBBSBAWM, E. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 598 p.
- HOUAISS, A.; VILAR, M. de S. 2009. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 3008 p.
- INFIELD, M.; ADAMS, W.M. 1999. Institutional sustainability and community conservation: a case study from Uganda. *Journal of International Development*, 11:305-315. [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1328\(199903/04\)11:2<305::AID-IID585>3.0.CO;2-U](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1099-1328(199903/04)11:2<305::AID-IID585>3.0.CO;2-U)
- JENKINS, T.N. 1998. Economics and the environmental: a case of ethical neglect. *Ecological Economics*, 26:151-163. [http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009\(97\)00063-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(97)00063-3)
- LAROUSSE. 1992. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, Nova Cultural, 1176 p.
- MARTINS, J. de S. 2008. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 228 p.
- MORETTO, C.F.; GIACCHINI, J. 2006. *Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo, UPF, 18 p. (Texto para Discussão nº 06).

- RIST, G. 2007. Development as a buzzword. *Development in Practice*, 17(4-5):485-491.
<http://dx.doi.org/10.1080/09614520701469328>
- SANTOS, M. 2008. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 4ª ed., São Paulo, USP, 384 p.
- SEN, A. 1999. *Sobre ética e economia*. São Paulo, Companhia das Letras, 143 p.
- SPACH, C. 1999. The development of environmental thinking in economics. *Environmental Values*, 8:413-435.
<http://dx.doi.org/10.3197/096327199129341897>
- THE COPENHAGEN DIAGNOSIS. 2009. *Updating the World on the Latest Climate Science*. The University of New South Wales. Climate Change Research Centre (CCRC), Sydney, 64 p.
- Submetido: 11/10/2011
Aceito: 02/04/2012